

**REPÚBLICA DE ANGOLA**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS**

**HUMANOS**

*Direcção Nacional dos Direitos Humanos*

*Com apoio*

**Relatório Seminário sobre a**

**Convenção dos Direitos das Pessoas com**

**Deficiênciae a Formação dos Técnicos da**

**CIERNDH na Elaboração de Relatórios no Âmbito do Comité da CPD**

**Dias 06, 07 e 8 de Maio de 2015**

LUANDA/MAIO 2015



**REPÚBLICA DE ANGOLA**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS**

*Direcção Nacional dos Direitos Humanos*

#  1.Introdução

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos promoveu e realizou em parceria com o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – Angola), um seminário sobre “**A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência”** nos dias 6 e 7 de Maio e uma **Formação dos Técnicos da CIERNDH na elaboração de relatórios no âmbito do Comité da CPD** no dia 8 de maio.

O Seminário e a Formação tiveram como objectivos:

* Fortalecer a capacidade técnica das Instituições que trabalham na promoção e protecção dos direitos das pessoas com deficiência particularmente na recolha de informações para elaboração do Relatório de Estado.
* Promover os mecanismos de integração das pessoas com deficiência
* Fortalecimento das capacidades técnicas dos membros da CIERNDH e do CNAPED.
* Maior divulgação da convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências.
* Maior interação entre as pessoas deficiências e os actores de Estado.

# 2. Desenvolvimento

# 2.1- Seminário

O mesmo decorreu numa das Salas do Hotel Skyna em Luanda, nos dias 06 e 07 de Maio de 2015 e contou com a presença de setenta participantes dos distintos Departamentos Ministeriais, técnicos da Comissão Intersectorial para Elaboração de Relatório Nacionais de Direitos Humanos (CIERNDH), Jornalistas, representantes das Nações Unida e da Sociedade Civil (principalmente associações de pessoas com Deficiência.

A sessão de abertura foi presidida por Sua Excelência Secretário de Estado para os Direitos Humanos Dr. António Bento Bembe que no seu discurso sublinhou que “*a contínua promoção da igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência no acesso ao emprego, é um aspecto que constitui prioridade e que não é apenas responsabilidade do Estado promover, pois independentemente da deficiência, a oportunidade de acesso ao emprego, deve ser dada a todos por igual, em conformidade com a Constituição da República”, de igual modo defendeu que devem ser dados incentivos fiscais e adjudicação de serviços públicos às Instituições que tenham nos respectivos quadros de pessoal, pessoas com deficiência. Reforçou ainda dizendo que as pessoas com deficiência, continuam a ocupar um papel de destaque no Plano Nacional de Desenvolvimento que contempla metas e indicadores para os diferentes departamentos*

*Ministeriais*.”

Nas suas breves considerações o Representante do PNUD em Angola, Dr. Samuel Harbor, ressaltou que “*a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência constitui uma pedra angular na garantia e promoção dos direitos humanos, referiu que Angola é Estado membro da Convenção assim como do Protocolo Opcional desde o ano 2014. O referido Pacto é fruto do entendimento unânime alcançado pelos estados e a comunidade internacional, incluindo a sociedade civil e os cidadãos, sobre a necessidade de garantir efectivamente o respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual das pessoas com deficiência. Além destes princípios gerais, este corpo legal também reforça a proibição da discriminação destas pessoas através de leis, políticas e programas que atendam especificamente às suas características e promovam a sua participação na sociedade”.*

# 2.1.1- Apresentações

O Seminário sobre a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência teve os seguintes temas:

Sessão1: A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, dissertado pelo **Dr. Semba Buri Mboup- Consultor Internacional.**

Sessão 2: A protecção da Pessoa com Deficiência em Angola/Politica Nacional da pessoa com deficiência, dissertado pelo **Dr. Humberto Costa do Ministério de Assistênica e Reinserção Social (MINARS).**

Sessão 3: O trabalho das organizações da Sociedade Civil de proteção da Pessoa com Deficiência, dissertado pelo **Sr. Valeriano David da Federação angola de Pessoas com Deficiência (FAPED).**

Sessão 4 A integração da Pessoa com Deficiência no sistema de ensino em Angola, dissertado pelo **Dr. Lucas Luciano do Instituo Nacional de Educação Especial (INEE).**

Sessão 5: Documentário “Conheça os seus Direitos”.

Sessão 6: O trabalho com as pessoas com deficiência.

# a) Integração Vs Inclusão, dissertado pela Drª Sonia Doutel, do Conselho Nacional para as Pessoas com Deficiência (CNAPED).

1. Mental, dissertado pela **Drª.** Dra. Massoxi Vigário do Ministério da Saúde (MINSA).
2. Acessibilidade, dissertado pelo Sr. Agostinho Etiambulo da Associação Nacional de Pessoas como Deficiência de Angola (ANDA).

Em anexo as apresentações dos temas.

Após apresentação dos temas, os participantes debateram com alto sentido de responsabilidade e interacção, o que permitiu extrair algumas conclusões e recomendações, como contribuição ao processo de abertura e aproximação de todos actores públicos e da sociedade civil, com vista a melhorar cada vez mais o diálogo, os mecanismos de coordenação e articulação de acções e avaliação dos progressos do país por via de apresentação de relatórios periódicos.

No segundo dia do seminário os participantes tiveram trabalho em grupo, que foram divididos em três na qual discutiram os seguintes temas:

1. Direitos económicos, sociais e culturais
2. Inclusão e Integração das pessõas com deficiência
3. Exercício dos Direitos Civis e Políticos

A metodología a seguir foi:

1.-Identificação e formulação problemas.

2.-Soluções

3.-Implementação, monitorização e avaliação

 3.1.-Quadro Normativo

3.2.-Instituições

 3.3.-Capacitação

 3.4.-Alocação de recursos

Em anexo o resumo dos resultados dos trabalhos em grupo.

### 2.1.2 As Principais questões apresentadas pelos participantes.

* Desconhecimento da lei sobre igualdade e não discriminação e da própria convenção
* Necessidade de monitorar a implementação da Convenção e inclusão das pessoas com deficiência nestes processos;
* Melhorar a acessibilidades das pessoas com deficiência, principalmente nos espaços públicos e na comunicação social: rampas ou elevadores nos edifícios públicos, intérpretes gestuais, entre outros;
* Fomentar espaços de diálogo entre as instituições públicas e as associações de pessoas com deficiência.
* Como melhorar o acesso aos recursos económicos ou empregos das pessoas com deficiência para não ser tão vulneráveis.

### 2.1.3. Conclusões:

1. Existe um certo desconhecimento da legislação sobre igualdade e não descriminação.

1. Insuficiente divulgação pública das capacidades e habilidades das pessoas com deficiência.

1. A existência de um dicionário gestual unificado aprovado para a comunidade surdo - mudos que ainda não está aprovado para implementação.

1. È necessário que o processo de inclusão seja prática psicopedagógica para que as crianças com deficiência possam realizar actividades com as outras crianças.

1. Há necessidade de inserir a língua gestual nos programas televisivos para que a comunidade surdo-mudo possa ter o devido entendimento.

1. Inexistência de sistema sonoro e visual nos semáforos e passadeiras para orientação das pessoas com deficiência.

1. Há necessidade de aumentar os Centros de Recursos Multifuncionais para o Atendimento da Educação Especial

1. Limitado acesso nos locais de trabalho e a nível do ensino das pessoas com

deficiência

1. Necessidade de atribuir uma pensão às pessoas com deficiência de formas a reduzir a pobreza no seu seio;

1. Há necessidade de reforçar a parceria, assim como sociedade civil de protecção das pessoas com deficiência reconhecidas pelo Ministério da Justiça e Direitos Humanos

1. A acessibilidade é uma questão transversal a todas as áreas da administração, é fundamental que os diversos organismos do Estado actuem na mesma esteira para não desperdiçar os recursos públicos para garantir o máximo de resultados positivos a cada gestão.

### 2.1.4. Sugestões e recomendações

1. Criação de Regulamentação, aplicação, divulgação e monitorização da lei.

1. Que se publique o dicionário gestual unificado aprovado para a comunidade surdo - mudos.

1. Mobilização da sociedade em geral em aceitar as diferenças, assim como consciencialização das pessoas com deficiência em trabalhar na sua auto estima;
2. Criar espaço de socialização para inclusão das pessoas com deficiências, por parte dos órgãos estatais e das associações;

1. Que o processo de inclusão seja prática psicopedagógica para que as crianças com deficiência possam realizar actividades com as outras crianças.

1. Seja inserida a língua gestual nos programas televisivos para que a comunidade surdo-mudo possa ter o devido entendimento.

1. Que se instale um sistema sonoro e visual nos semáforos e passadeiras para orientação das pessoas com deficiência.

1. Sejam criadas as condições nos centros infantis Comunitários para apoiar as crianças com dificuldades dos zero aos cinco anos.

1. Necessidade urgente da criação do Plano de implementação da estratégia de intervenção da inclusão social da criança com deficiência.

1. Enquadrar as pessoas com deficiência no sistema integrado de protecção e segurança social.

1. Promover o diálogo permanente sobre as pessoas com deficiência entre as organizações da sociedade civil e o Governo;

1. Monitorizar o cumprimento da Convenção Internacional, das Leis das pessoas com deficiência e da protecção social, auxiliar o Governo na resolução dos problemas das pessoas com deficiência.

1. Haja mais investimento na Protecção Social para melhoria dos grupos vulneráveis;

1. Que os Ministérios da Justiça e Direitos Humanos, Saúde, Educação, Assistência e

Reinserção Social, Administração Pública Trabalho e Segurança Social, Urbanismo e Obras Publicas criem Politicas conjuntas de avaliação e beneficio de segurança social para os familiares tutores das pessoas com deficiência e doença mental assim como a própria pessoa.

1. Criação do Fundo de desemprego por invalidez de doença mental.

1. Regulamentos ou documentos orientadores para criação, institucionalização ou construção, tendo em conta a pessoa com deficiência.

1. Aumentar a formação de profissionais para atender as questões de avaliação, assistência e inserção no trabalho.

1. Que as repartições Públicas e empresas concessionárias de serviços Públicos sejam obrigadas a dar atendimento prioritário por meio de serviços individualizados de formas a assegurar o tratamento diferenciado e atendimento imediato as pessoas com deficiência.

1. Seja criada a acessibilidade isto é a possibilidade e condições de alcance para a utilização com segurança e autonomia dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos das edificações, transportes e meios de comunicação, para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

1. Sejam eliminadas quaisquer barreiras, entraves ou obstáculos que limitem ou impeçam o acesso, a liberdade de movimento e circulação com segurança das pessoas com deficiência em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos, serviços individualizados.

1. Que os programas de ensinos sejam adaptados para todas as crianças no geral incluindo as superdotadas.

1. Sejam fiscalizadas as infra-estruturas no sentido das mesmas serem adaptadas com rampas e outros equipamentos que facilitem a morbilidade das pessoas com deficiência;

**PARTICIPANTES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| HOMENS  | MULHERES  | TOTAL  |
| 26  | 44  | 70  |

##  2.2. Formação CIERNDH

 Com o objectivo de fortalecer as capacidades técnicas dos membros da CIERNDH e no âmbito do Seminário sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi realizada uma formação no dia 8 de Maio no INAC. Também foram convidados membros do CNAPED.

 A formação foi ministrada pelo Consultor Internacional Semba Buri Mboup

###  2.2.1. Temas

 -Breve apresentação dos Mecanismos de diálogo entre instituições domésticas e organismos da Sociedade civil sobre a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

 -Breve apresentação de possíveis fontes de financiamento para a implementação dos direitos e obrigações da Convenção.

 -Directrizes sobre o relatório Inicial.

 - Ensaio de como devem ser prestadas as informações sobre o direito a educação, saúde e o acesso a justiça.

###  2.2.2. Conclusões

* Angola deve elaborar um Documento de Base Comum Global, onde deve constar toda informação geral do País.
* Elaborar um relatório específico sobre a implementação da Convenção sobre a Pessoa com Deficiência (artigos 1ª a 33.º CPC), onde se deve fornecer informações detalhadas sobre a aplicação prática dos artigos referidos.
* Necessidade de dentro de 2 meses começar já a ser partilhado o primeiro draft do relatório a nível do grupo técnico da CIERNDH.

**PARTICIPANTES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| HOMENS  | MULHERES  | TOTAL  |
| 8  | 12  | 20  |

*Elaborado por:*

*Susana Perez*

*Joana Costa*

*Luisa Buta António.*

# 3. Avaliação

Este foi a primeira das actividades do PAT 2015 organizada pela DNDH em parceria com o PNUD.

O processo de organização começou no mês de Março. A actividade foi programada para o mês de abril mas foi adiada para o mês de Maio.

 Resultados do seminário e da formação:

 -Foram atingidos os objectivos previstos, no que respeita à participação (mais das 60 pessoas previstas), e no que respeita ao desenvolvimento dos conteúdos.

 -Pode-se sublinhar o alto grau de participação e envolvimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC), representantes das pessoas com deficiência.

 -As recomendações feitas para a implementação da Convenção foram muitas e positivas e o MJDH e a CIERNDH comprometem-se ao seguimento das mesmas.

 - O diálogo entre as OSC e as Instituições Públicas foi reforçado.

 -Os temas ministrados pelos diferentes palestrantes atingiram um alto nível e foram muito pertinentes.

 Avaliação dos consultores internacionais contratados:

 -Os documentos preparados e enviados pelo Consultor Rios tem um alto nível e o conteúdo é bastante útil, mas tem a dificuldade da língua (espanhol). Para ser distribuídos nos membros da CIERNDH, primeiro tem que ser traduzidos. Nos seguintes seminários ou formações, temos que valorizar o alto custo deste tipo de consultoria em relação com o seu aproveitamento.

 -O trabalho preparatório do Seminário do Consultor Semba Buri não alcançou os resultados esperados. As intervenções dele no seminário foram um pouco imprecisas e desorganizadas, não tendo em conta as orientações previamente acordadas.

 -O trabalho preparatório da Formação do Consultor Semba Buri foi mais pertinente e constatou-se um maior conhecimento dos temas a tratar. Mesmo assim, ainda não foram entregues todos os documentos, ficando pendente o envio de um deles.

 -Consideramos que o trabalho preparatório não atingiu os resultados previstos. Por tanto, consideramos que para o cumprimento do contrato e dos ToR o consultor ainda tem que prestar mais algum trabalho ao projecto.

Nossa proposta é que o consultor comprometa-se na revisão do rascunho do relatório inicial que está a ser preparado pela CIERNDH e que possa resolver as duvidas que possam surgir no processo.

*Pela Organização*

ANEXO I:

RESULTADO DA SESSÃO 9: TRABALHOS DE GRUPO